

Projeto de acordo com credores não é votado

Dívida Externa

BRASÍLIA — O Senado Federal deverá votar hoje ou amanhã, no máximo, o projeto de resolução que define os parâmetros para a negociação da dívida externa. Em seu Artigo 6º, o projeto proíbe o governo de efetuar qualquer pagamento de juros aos credores estrangeiros, antes que o acordo global sobre a dívida externa seja aprovado pelo Senado, o que restringe a atuação dos negociadores brasileiros junto aos bancos credores. “A maioria dos senadores acha que o governo não deve pagar juros aos credores sem um sinal claro de que eles concordam com a negociação global da dívida”, prevê o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP). Se isso não acontecer, segundo Fernando Henrique, o país corre o risco de fracassar novamente na busca de uma solução definitiva para a dívida externa.

Ontem à tarde, depois de uma reunião, Fernando Henrique, o líder do PFL, senador Marco Maciel (PE), e do PMDB, Ronan Tito (MG), decidiram adiar de ontem para hoje a votação da resolução. O projeto em discussão, em regime de urgência, terá de ser apreciado pelo Senado até amanhã, quando termina o esforço concentrado dos parlamentares para concluir a pauta de assuntos pendentes. Até ontem à tarde, contudo, não havia qualquer sinal por

parte do Ministério da Economia, ou do Palácio do Planalto, no sentido de evitar que a resolução seja aprovada hoje, de forma restritiva ao pagamento de juros antecipados aos credores.

“Queremos, de fato, é que o governo mostre aos credores o quanto é difícil realizar qualquer pagamento antes de um acordo global”, explica Cardoso. O senador é frontalmente contrário a qualquer tentativa de tornar o texto mais flexível e chega a irritar-se com a possibilidade de mudá-lo, argumentando que a restrição firme à antecipação do pagamento de juros foi ditada pelo próprio governo ao Senado. “O Executivo quis assim e agora quer mudar o texto?”, indaga, impaciente.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) acredita que até hoje à tarde, ou amanhã, o Ministério da Economia ainda poderá manifestar-se por uma nova modificação no texto da resolução, ou simplesmente pelo esvaziamento do plenário para que a matéria não seja votada. “O bom-senso ainda pode surgir, à noite”, previa o senador, na expectativa de uma nova sinalização do governo. Ele entende que a não-aprovação do texto é a melhor opção para o Executivo e explica que, de qualquer forma, o acordo com os credores terá de passar pelo crivo do Senado, porque isso está previsto na Constituição.